

# REFORMA(S) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA: ENQUADRAMENTO, FACTOS E NÚMEROS.

CÉSAR MADUREIRA (\*).

À semelhança do que se passou na maioria dos países ocidentais no fim do século XX, também em Portugal, a Reforma da Administração Pública (AP) foi animada essencialmente por princípios de gestão privada que aos poucos foram contribuindo para o desvirtuamento de uma Administração prestadora de serviços aos cidadãos, vocacionada para a equidade e para a solidariedade.

No início do século XXI, sob a égide dos governos PS, diversas medidas de reforma foram aprofundando de forma clara uma aproximação deliberada das condições de trabalho dos funcionários públicos (FP) portugueses aos trabalhadores do setor privado, esquecendo as idiossincrasias do trabalho público, nomeadamente por se encontrar diretamente sob a batuta do poder político.

A partir de 2011, com a vitória do PSD nas eleições e com a entrada da *Troika* no país, assistiu-se à implementação de medidas avulsas de suposta racionalização da Administração e dos seus recursos, sem que nunca tenha havido qualquer discussão pública sobre as mesmas. As decisões tomadas pelo atual governo parecem ter por base apenas o preconceito ideológico e a necessidade de efetuar cortes cegos de despesa pública sem que haja qualquer reflexão séria e alargada sobre a matéria.

Para que haja uma reforma estrutural na Administração Pública é necessário que esta seja:

- Sistémica,
- Fruto de uma reflexão e não de preconceitos ideológicos,
- Propiciadora da participação dos funcionários em vez da sua diabolização,
- Baseada numa pré-identificação clara dos deveres/objetivos do Estado e da AP perante os cidadãos,
- Baseada num inventário de competências técnicas e comportamentais dos funcionários que devem dar corpo ao trabalho que sirva os referidos deveres/objetivos,
- Redistribuidora dos FP e das suas experiências e habilitações em função das necessidades concretas da AP.

Infelizmente, no momento presente, nenhum destes pressupostos é respeitado pelo que não se pode sequer falar de uma Reforma da Administração Pública portuguesa.



(\*) Licenciado em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, Mestre em Sociologia Organizacional e Doutor em Gestão, foi entre 1997 e 2012 investigador da Unidade de Investigação e Consultoria (UNIC) do Instituto Nacional de Administração (IN A). Na atualidade é Investigador Principal do Departamento de Investigação, Relações Internacionais e Comunicação (DIRIC) da Direção-Geral de Administração e do Emprego Público (DGAEP), Professor Convidado do Mestrado em Administração Pública do ISCTE-IUL e Professor Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa. O autor tem publicado artigos em revistas científicas nacionais e internacionais, bem como participado em conferências e seminários sobre os temas da Gestão da Formação, Gestão Pública, Relações político-administrativas e modelos de Administração. Dentro destas temáticas tem orientado mestrados e doutoramentos.

# O PAPEL DO ESTADO: FUNÇÕES E ESCOLHA PÚBLICA.

JUAN MOZZICAFREDDO (\*)

A preocupação que me traz aqui, neste momento, é apenas contribuir para o debate com uma reflexão sobre os elementos que subjazem acerca da arquitectura Institucional do Estado, num Estado de direito que suporta às suas políticas. Nesse sentido:

1. Interessa evidenciar, em primeiro lugar, que as reformas, salvo em rupturas políticas e sociais, tais como revoluções, golpes de Estado, etc., são processos regulares, contínuos de experimentação institucional de medidas de inovação política de execução. A quotidianidade destas medidas podem (ou não) consubstanciar-se, no médio e longo prazo, num processo de preparação de uma mudança da arquitectura institucional do Estado de direito.
2. E segundo lugar, importa assinalar que, no meu entender, estes processos não são somente uma reflexão da sociedade sobre a sua organização, mas também uma reflexão sobre os desafios que se apresentam ao modelo do Estado de direito e que podem não ser contidos, e com respostas adequadas à sustentabilidade, no modelo de organização institucional e social existente. No caso dos desafios contemporâneos não encontrarem resposta adequada pode conduzir a uma alteração da arquitectura institucional do Estado, dentro do modelo de Estado de direito, que responda às necessidades dos desafios.
3. Em terceiro lugar, quando esta situação se coloca, ou seja, a necessidade em pensar o papel do Estado na sociedade nas suas várias dimensões ou sectores, em termos simples, digamos as funções do estado, esta necessidade torna-se, praticamente, uma prévia definição de uma reforma do Estado. O modelo pode já não responder aos desafios, como foi, na história, o aparecimento do Estado de direito. Nesse sentido, uma reforma da arquitectura institucional do Estado que define as políticas públicas, implica pensar o que é importante que seja gerido em termos públicos – directa ou indirectamente - o que pode ser gerido em termos privados – autonomamente ou regulado publicamente; qual é o limite ou a fronteira entre o público e o privado; quais são as zonas de intersecção ou de fronteiras mistas e complexas, quais são os termos da coesão social e da integração dos subsistemas da sociedade; etc.
4. Em quarto lugar, para pensar a reforma do Estado é necessário, além do mais, ter o diagnóstico das disfuncionalidades e a uma base concreta, factual e neutra da situação empírica.

Nesse sentido, qualquer reforma do estado, regular e continua ou diagnosticada e propostas, assenta, num Estado de direito, nas diferentes modalidades, percepções e possibilidades materiais, opiniões da escolha pública na sua dimensão de heterogeneidade de opiniões, que, regularmente, se exprime sobre a organização da sociedade”.



(\*) Professor Catedrático do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Diretor entre 2010-2013). Douteur D`Etat en Science Politique pela Université de Montpellier I, França, 1986, Master of Arts in Political Science pela Université Catholique de Louvain (UCL), Bélgica, 1973. Diplôme d`Etude des Pays en Voie de Développement – Institut d`Etudes des Pays en Développement, UCL, Bélgica, 1971. Licenciado em Ciência Política pela Universidad del Salvador, Buenos Aires, Argentina, 1968. Como autor ou coordenador, tem variadíssimas obras e artigos em diversas publicações no domínio da Ciência Política e da Administração Pública e proferiu como é conhecido diversas conferências.

# PARA QUE SERVE O ESTADO SE NÃO É SOCIAL?

RAQUEL VARELA (\*)

O Estado Social - saúde, educação, segurança social, lazer, desporto, etc., é sustentado com os impostos e contribuições dos trabalhadores portugueses, não podendo associar-se a existência de uma dívida pública às funções sociais do Estado.



(\*) Historiadora. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais e investigadora do Instituto Internacional de História Social. É coordenadora do projecto História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). É neste momento Presidente da *International Association Strikes and Social Conflicts*. É vice coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal.

# REFORÇAR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO, PARA EVITAR REFUNDIR O FUTURO.

Mário Nogueira (\*)

A direita não odeia o Estado. A direita detesta é que o Estado se oriente para os cidadãos, assuma funções sociais e dê respostas de qualidade em domínios como a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Água, entre outros, que a não serem dadas pelo Estado, constituiriam fontes de enriquecimento dos mesmos de sempre: os grandes grupos económicos e financeiros. Por outro lado, a direita adora que o Estado entregue ao capital o dinheiro que retira aos trabalhadores, reivindicando sempre mais, pois a sua ganância não conhece limites.

A dita reforma do Estado, ou refundação, ou seja lá o que for que os governantes lhe chamem – como costuma dizer um amigo meu, até poderia chamar-lhe um apito –, na verdade, constitui uma tentativa de desmantelamento de uma construção democrática só possível porque a Liberdade passou por aqui, depois de ter reaparecido nos idos de Abril de 74. Isto é, o ajuste de contas com Abril, um velho sonho que a direita continua a alimentar e que nunca lhe pareceu tão próximo de concretizar, está na ordem do dia de um governo que é suportado, não apenas pela maioria parlamentar, mas por um Presidente que também acalenta aquele sonho.

A todos nós cidadãos, trabalhadores em particular, compete contrariar tal caminho. Com protestos e com propostas; com luta e com alternativas. Ora vejamos a Educação: se o governo quisesse os professores à frente das escolas, teria optado por um modelo de gestão democrática em vez de os afastar da gestão das escolas públicas e de desvalorizar os seus órgãos pedagógicos, retirando-lhes competências e reduzindo-os a meras instâncias de consulta. Portugal tem futuro e não é, de certeza, expulsando os jovens, despedindo os trabalhadores e deixando morrer os idosos. Portugal tem futuro, mas sem este governo e sem as políticas de direita que, de PEC em PEC até ao memorando final, o têm vindo a devastar.



(\*) **Mário Oliveira Nogueira** – Secretário-Geral da FENPROF.